



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

04/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

I- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Judiciário
- Supremo Tribunal Federal
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO

		
Revista Brasileira de Ciências Criminais	Revista de Processo	Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 11.924, de 21 de fevereiro de 2024](#)

Regulamenta o art. 49 da [Medida Provisória nº 1.203, de 29 de dezembro de 2023](#), que dispõe sobre a Gratificação Temporária de Proteção e Defesa Civil - GPDEC.

DOU - Seção 1, p. 1, 22/02/2024

[Decreto n. 11.927, de 22 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024 e dá outras providências.

DOU - Seção 1, Extra A, p. 1-11, 22/02/2024

Ministério da Previdência Social

[Portaria n. 380, de 14 de fevereiro de 2024](#)

Estabelece, para o mês de fevereiro de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 83-84, 15/02/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Supremo Tribunal Federal

Presidência

[Resolução n. 822, de 22 de fevereiro de 2024](#)

Regulamenta a autorização para afastamento para estudo ou missão no exterior no âmbito do Poder Judiciário da União.

DJE/STF de 27/02/2024

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Recomendação Conjunta n. 2, de 17 de janeiro de 2024](#)

Dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

eDJ-CNJ n. 22, de 14/02/2024, p. 2-5

[Resolução n. 545, de 16 de fevereiro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 232/2016](#), que fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, § 3º, II, do Código de Processo Civil – [Lei 13.105/2015](#).

eDJ-CNJ n. 29, de 22/02/2024, p. 22-23

[Recomendação Conjunta n. 2, de 17 de janeiro de 2024](#)

Dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

DOU - Seção 1, p. 123-124, 23/02/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
04/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 546, de 22 de fevereiro de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 75/2009](#), para estabelecer novas regras quanto à cota para pessoas com deficiência, no Exame Nacional da Magistratura.

eDJ-CNJ n. 30, de 22/02/2024, p. 2

[Resolução n. 547, de 22 de fevereiro de 2024](#)

Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do [tema 1184 da repercussão geral pelo STF](#).

eDJ-CNJ n. 30, de 22/02/2024, p. 2-4

[Portaria n. 46, de 16 de fevereiro de 2024](#)

Estabelece cronograma nacional para cadastro no Domicílio Judicial Eletrônico e dá outras providências.

eDJ-CNJ n. 31, de 23/02/2024, p. 2

[Portaria n. 57, de 9 de fevereiro de 2024](#)

Altera a [Portaria Presidência nº 25/2024](#) (p. 8-15), que instituiu o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 32, de 26/02/2024, p. 2

Corregedoria Nacional de Justiça

[Provimento n. 160, de 15 de fevereiro de 2024](#)

Altera o [Provimento n. 135, de 02 de setembro de 2022](#) (p. 2-5), que dispõe sobre condutas e procedimentos dos magistrados e tribunais brasileiros no período eleitoral e posteriormente a ele; determina a modificação de competência ou criação, pelos tribunais de justiça e tribunais regionais federais, de juízos criminais especializados em delitos violentos com motivação político-partidária; determina aos tribunais de justiça, tribunais regionais eleitorais e tribunais de justiça militar dos estados que, conjuntamente, empreendam esforços para celebração de acordos de cooperação com os órgãos de segurança pública locais e ministérios públicos, com o propósito de assegurar a normalidade das eleições, a segurança dos magistrados envolvidos, a regular posse dos eleitos, e dá outras providências.

eDJ-CNJ n. 26, de 19/02/2024, p. 33

Conselho da Justiça Federal

[Portaria n. 89, de 8 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2024.

DOU - Seção 1, p. 170-171, 14/02/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n.110,de 23 de fevereiro de 2024](#)

Aprova a alteração evolutiva e adaptativa da [Instrução Normativa 14-13 – Serviços de Biblioteca](#).
BDTRF1, 26 de fevereiro de 2024

Retificação

Tendo em vista a ocorrência de erro material nos incisos XVII e XVIII do art. 1º da [Portaria Presi 138, de 5 de fevereiro de 2024](#) (19892397).

BDTRF1, 26 de fevereiro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS Nº 199 – NOV.-DEZ./2023

EDITORIAL

Dossiê: Verdade, Política e Processo Penal
RICARDO JACOBSEN GLOECKNER; SALAH H. KHALED JR.e GABRIEL DIVAN..... 17

DOSSIÊ ESPECIAL: VERDADE, POLÍTICA E PROCESSO PENAL

Verdade e *Fake News*
Truth and Fake News
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO 29

Um manifesto antirrelativista: só há interpretações porque existem fatos, regras e princípios a serem interpretados
An anti-relativist manifesto: there are only interpretations because there are facts, rules and principles to be interpretated
LENIO LUIZ STRECK 53

Verdade, processo penal e epistemologia: da pretensa fundamentação filosófica aos efeitos jurídicos e políticos da adoção de premissas racionalistas
Truth, criminal procedure and epistemology: from the alleged philosophical foundation to the legal and political effects of adopting rationalist premises
RICARDO JACOBSEN GLOECKNER; SALAH H. KHALED JR.e GABRIEL DIVAN..... 73

Justiça e verdade
Justice and truth
GLAUCO GIOSTRA..... 109



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Entre o *topoi* e a prova tarifada: sistemas processuais, direito comparado e a impossibilidade de aplicação dos *standards* de prova no processo penal brasileiro
Between topoi and fee-based evidence: about procedural systems, comparative law method and the alleged possibility of application of the evidence standards in the Brazilian criminal procedure
LEONARDO COSTA DE PAULA; VINÍCIUS DINIZ MONTEIRO DE BARROS e JOSÉ DE ASSIS SANTIAGO NETO..... 119

Interseções entre colonialismo e processo penal na América Latina: uma proposta epistemológica e político-criminal
Intersections between colonialism and criminal procedure law in Latin America: an epistemological and criminal policy proposal
JÉSSICA ONÍRIA FERREIRA DE FREITAS e MARCO AURÉLIO NUNES DA SILVEIRA..... 153

Quem é o dono da verdade no processo penal? A busca da verdade, as expectativas sobre-humanas e a verdade como confirmação
Who owns the true in criminal law procedure? The seek for the truth, human expectations and the truth as confirmation
DANIEL KESSLER DE OLIVEIRA 177

O *Lawfare* brasileiro: dos contributos à ascensão fascista ao recrudescimento do autoritarismo processual penal
Brazilian lawfare: from the contributions of the fascist rise to the strengthening of authoritarianism in the criminal procedure
FELIPE LAZZARI DA SILVEIRA 211

FLUXO COMUM

Execução antecipada da pena: inflexões argumentativas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
Provisional enforcement of the custodial sentence: argumentative inflections of Federal Supreme Court's case law
NEY DE BARROS BELLO FILHO; CLAUDIA ROSANE ROESLER e GUILHERME GOMES VIEIRA 239



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Deepfakes pornográficas não consensuais: a busca por um modelo de criminalização

Non-consensual deepfake porn: searching for a model of criminalization

PAULO GUSTAVO LIMA E SILVA RODRIGUES..... 277

DIREITO POR QUEM O FAZ

Parecer: investigação criminal digital e processo penal

Legal opinion: digital criminal investigation and criminal process

GERALDO PRADO..... 315



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
04/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE PROCESSO Nº 346 – DEZ./2023

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Pragmatismo e processo: o instrumentalismo pragmatista de John Dewey, a investigação e o processo civil

Pragmatism and process: John Dewey's instrumentalist pragmatism, inquiry and civil procedure

CLARICE VON OERTZEN DE ARAUJO e RAPHAEL DE FARO 19

O processo como garantia e como instrumento e de outras garantias: é possível conciliar as perspectivas doutrinárias?

The process as a guarantee and as an instrument and of other guarantees: is it possible to reconcile doctrinal perspectives?

LUCILÉA PAULINO LEMOS..... 51

PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

Ônus da prova: da doutrina chiovendiana sobre o interesse ao dever probatório

Burden of proof: from the Chiovendian doctrine to the evidentiary duty theory

LÍVIA LOSSO ANDREATINI..... 81

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

A arguição de relevância das questões de direito federal infraconstitucional: passado, presente e futuro

Past, present and future of the federal issue relevance

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO e RODRIGO CUNHA MELLO SALOMÃO 113



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
04/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Notas sobre a litispendência e a coisa julgada no processo coletivo brasileiro: uma análise comparativa dos três projetos da nova Lei da Ação Civil Pública

Notes on lis pendens and res judicata in Brazilian collective procedures: a comparative analysis of three projects for the new Public Civil Action Law

ANDRE VASCONCELOS ROQUE e JOÃO PEDRO MARTINEZ PINHEIRO 145

PROCESSOS ESTRUTURAIS, ESTRATÉGICOS E COMPLEXOS

O Direito Processual dos desastres e o papel das cortes judiciais na prevenção e no preparo aos desastres

Disaster Procedural Law and the role of judicial courts in disaster prevention and preparedness

DÉLTON WINTER DE CARVALHO e HERMES ZANETI JR..... 167

TUTELA DIFERENCIADA

Responsabilidade pela violação da cláusula de exclusividade: configuração e remédios possíveis

Liability for breach of exclusivity agreements: possibility and legal remedies

NATASHA REIS DE CARVALHO CARDOSO e DANILO CARDOSO RAMACCIOTTI..... 197

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

Levamos os precedentes a sério? Um estudo empírico a respeito do embate entre o STF e o TST no caso de responsabilidade subsidiária de ente público em relação de terceirização – Parte 2

Do we take precedents seriously? An empirical study on the clash between the STF and the TST in the case of subsidiary liability of a public entity in relation to outsourcing – Part two

FÁBIO LIMA QUINTAS e GABRIELA FONSECA DE MELO 239

A aplicação dos precedentes judiciais (i): identificando a *ratio decidendi*
Judicial precedents' application (i): identifying the ratio decidendi

MARCELO LUZ CHAVES 265

Os precedentes judiciais obrigatórios e os modelos de votação

Mandatory precedents and models of deliberation

VICTOR VASCONCELOS MIRANDA 287



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
04/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Por uma história da *Verfassungsgerichtsbarkeit* – da Áustria ao Brasil
For a history of Verfassungsgerichtsbarkeit – from Austria to Brazil
DANIEL MITIDIERO 311

La ejecución provisional de las sentencias definitivas en Chile: propuesta para una mejor justicia civil
Provisional enforcement of final judgments in Chile: proposal for a better civil justice
DIEGO PALOMO VÉLEZ e DIEGO VALDÉS QUINTEROS 325

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Inteligência artificial generativa e a fundamentação da decisão judicial
Generative artificial intelligence and the judicial decision reasoning
DÉBORA BONAT, LUÍS MANOEL BORGES DO VALE e JOÃO SERGIO DOS SANTOS SOARES PEREIRA..... 349

PROCESSO E TECNOLOGIA

Tendências mundiais em tecnologia e processo: a sexta onda do acesso à justiça
Global trends in technology and process: the sixth wave of access to justice
DIERLE NUNES e HUGO MALONE..... 373

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Autotutela e execução fiscal: os Projetos de Lei 4.257/2019 e 2.488/2022
Self-help and tax foreclosure: Bills 4,257/2019 and 2,488/2022
CARLOS MAURÍCIO PERTENCE JÚNIOR..... 403

RESENHAS

Silêncio do juiz no processo civil, de Marcelo Mazzola
TERESA ARRUDA ALVIM..... 433

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA/ANOTADA

STF, Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.737/DF e 5.492/DF
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, ALEX MATOSO SILVA e OTÁVIO AUGUSTO MASCARENHAS CALDEIRA 439



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

04/2024

PÁGINA Nº

12 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL Nº 143 – DEZ/2023-JAN./2024

Assunto Especial

JUIZ DE GARANTIAS

DOCTRINAS

1. Primeiras Linhas sobre o Juiz de Garantias, na Ótica do Supremo Tribunal Federal
Paula Naves Brigagão e Vanessa Vieira Marcos 9
2. Juiz de Garantias e o Processo Penal Brasileiro Contemporâneo
Gisele Leite 24

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Decisão de Pronúncia e o Princípio do *In Dubio Pro Reo*
Rômulo de Andrade Moreira 41
2. O Garantismo Penal e o Direito Brasileiro
Saulo Mororó Ximenes, Bruno Moraes Alves, João Paulo Amancio
Melo e Francisco Vinícius Evangelista Rosa Tavares 46
3. O Crime de Inovação Artificiosa Pós-Sinistro Automobilístico:
Análise Doutrinária e Jurisprudencial do Artigo 312 da Lei
nº 9.503/1997
Leonardo Schmitt de Bem 73
4. O Inquérito Policial e Sua (In)Dispensabilidade frente à Ação Penal
Luisa Seares de Lima 85

Seção Especial

ACONTECE

1. A Questão da Indenização por Roubos e Furtos em Estacionamentos
de *Shoppings*
Rogério Tadeu Romano 230
2. Poucas Palavras no Trânsito: o Problema do Álcool na Direção
Veicular
Luciano Marinho Filho 235